

A MORADA DA SABEDORIA

I

**O Paço Real de Coimbra
das origens ao estabelecimento da Universidade**

II

O Mais Formoso Palácio Acastelado de Terras Portuguesas

*Aqui, erguem-se ao topo de íngreme ladeira
os Paços de difícil acesso, dominando até perder-se de vista
a extensa campina com seus prados cultivados e alegres.
Até imaginas que tudo isto fora outrora obra de ingentes ciclopes
ou fabricado por mãos de Dédalo.
Aí estava dantes a corte dos nossos Reis
e actualmente é o santuário das musas, a sede das escolas gerais.
Aqui ouvirás ressoar a fama de homens sublimes e insignes
pela cátedra, pela doutrina, pela piedade.*

INÁCIO DE MORAIS
Conimbricæ Encomium

ÍNDICE

Introdução	5
I. Uma Escola no Palácio	
1. Coimbra, 1527	17
2. Uma corporação de mestres e escolares	27
3. O <i>Protector</i>	39
4. A Escola e o Mosteiro	51
5. O Colégio Real	65
6. Coimbra, 1550	79
II. O mais formoso palácio acastelado de terras portuguesas	
1. Coimbra, 1999	97
2. O <i>Alcácer de Qulumriyya</i>	133
3. Em busca das origens	187
4. O Paço Real da Alcáçova	221
5. Memória e (Con)sagração	275
6. Piedade e Sabedoria	401
Coimbra, 2003	447
Fontes e obras de consulta	457



Introdução

*Considerando o edifício universitário nuclear
em relação com o agregado urbano que senhoreia
física e espiritualmente, pode dizer-se que não existe no
mundo universidade mais imponente que a de Coimbra.*

VERGÍLIO CORREIA
O Edifício da Universidade. Notas de arte e história

A 13 de Outubro de 1537, a Universidade, chegada a Coimbra em Março anterior, fazia a sua entrada na velha alcáçova real. Para não mais sair. E, desde então, habita num palácio. E nisso se diferencia de todas as restantes, no *inner circle* que configuram as universidades históricas europeias. Na verdade, ao passo que, desde o século XV, se difundia por toda a Europa um novo conceito arquitectónico — o *colégio* —, concebido para dar guarida às necessidades específicas dessa peculiar instituição, em Coimbra, ao invés, gorados um a um todos os planos para dotar a Escola de edifício próprio, como em Lisboa possuía e se previra na trasladação, prolongava-se indefinidamente a estadia do *Estudo* no Paço Real, onde se instalara provisoriamente por determinação de D. João III. Até que, em 1597, reinando já D. Filipe I e alienada pela Coroa a residência régia, esta se convertia, de direito próprio, num organismo singular: o *Paço das Escolas*.

Mas não seria essa a sua única particularidade. Com efeito, enquanto, na vizinha Castela, a Idade Média assistia à emergência de dois *estudos gerais* — Salamanca (1218) e Valladolid (1346) — e, entre 1474 e 1620, quase trinta outros faziam a sua aparição por toda a Espanha (idêntico fenómeno ocorrendo em França, Itália e Inglaterra e, ainda que em ritmo e densidade desiguais,

pela Europa inteira, além do *Novo Mundo*)¹, entre nós o velho *Estudo* dionisino ocupava solitariamente a cena do ensino superior, em todo o Reino e seus domínios, até ao limiar do século XX. Era, essencialmente, a *Universidade Portuguesa*, conservando indemne, a despeito das encruzilhadas que houve de dobrar no decurso de uma longa e complexa história, a mesma personalidade jurídica e moral definida no declinar do século XIII — mesmo que, de 1537 para cá, ao fixar-se, por fim, na cidade do Mondego, viesse a chamar-se de *Universidade de Coimbra*².

¹ Para uma visão geral do fenómeno universitário e dos seus ritmos veja-se a excelente colectânea de estudos coord. por Walter RÜEGG, *Uma História da Universidade na Europa*, 4 vol., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (vol. I, 1996, vol. II, 2002, vol. III e IV no prelo).

² Esgotada há muito a controvérsia sobre a legitimidade da representação histórica na Universidade de Coimbra do antigo *Estudo* dionisino, hoje pacificamente aceite pela historiografia, parece ser igualmente pacífica a afirmação de ter esta constituído, ao longo dos seus primeiros seis séculos de existência, a única universidade do Reino, tendo em conta não ser a Universidade de Évora, fundada em 1558 e encerrada em 1759, com a expulsão da Companhia de Jesus, de que dependia, *studium generale* [cfr., CHORÃO, Joaquim, “Universidade Henriquina de Évora”, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 320-324], sendo igualmente conhecida a oposição tenaz erguida pela escola conimbricense em relação ao estabelecimento de uma universidade no Brasil, à semelhança do que se verificava na América espanhola. A Universidade de Évora teria, aliás, de aguardar pela morte de D. João III (1557) para ver deferido o seu estabelecimento e será também na sequência desse facto que o Duque de Bragança D. Teodósio I, enceta diligências para o estabelecimento de uma *Universidade de estudos geraes* em Vila Viçosa, para o que chegaria a obter, em 1560, a necessária bula de Pio IV e para a qual tentaria atrair o salamantino Juan Fernández, afinal professor em Coimbra, intento que a sua morte, em 1563, faria gorar, encetando-se os estudos em 1587, sob a égide de seu filho, D. João I, mas apenas como *studium artium* (cfr. SOUSA, D.

Por ela, pois, por ser, por séculos a fio, a *sua* universidade, passa uma parte substantiva da própria medula nacional. E esse registo inscreve-se, como num palimpsesto, nas antigas paredes do palácio onde se alberga (como centro simbólico que persiste em ser), por isso mesmo que, como em estudo recente e modelar dedicado à sede histórica do *estudo geral* salamantino pertinentemente se reconhecia: “si existe un documento que cuente la historia de la universidad, éste es el edificio que durante siglos dio cobijo a sus clases”³. Não parece, pois, possível, tentar fazer a *História da Universidade de Coimbra* — com tudo quanto isso significa do ponto de vista da própria *História de Portugal* — à margem da história particular da construção que, vai para cinco séculos, a contém.

É certo, porém, que, se a Escola era já uma instituição antiga e consolidada quando, nesse outono de 1537, o seu destino se cruza com o do Paço (dois séculos e meio, quase, se haviam passado desde a sua constituição formal), muitíssimo mais longo, incomensuravelmente mais longo era o caminho percorrido pelo edifício onde se instalava, perdida há muito a concreta noção da sua origem. O *palácio-documento* não testemunhará, pois, em fim de contas, tão somente as vicissitudes universitárias, mas também esse tempo remoto da fundação da Monarquia, cujos primeiros séculos se sabia ter de perto acompanhado; e além mesmo, antes que *houvesse nome Portugal*. Um outro código genético, pois, mais antigo ainda, se entranharia nesses muros e também essa

António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Editora, tomo VI, 1951, p. 54 e RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Científicos, Litterarios e Artísticos de Portugal nos successivos reinados da Monarchia*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, vol. I, 1871, pp. 138-140).

história, por conseguinte — a história do tempo que teve em Coimbra a *cidade real*, a história do tempo que viu nascer e formar-se Portugal —, passaria por aqui. Também ela, pois, não parece possível de escrever-se sem por aqui passar; sem passar pelo *palácio-documento*.

Mas o *palácio* é *documento* por ser, antes de mais, arquitectura-ideia, arquitectura-representação. Precisamente por-que, como reconhecia Shakespeare, *o mundo inteiro é um palco* e por-que, desde sempre, a toda a forma de organização social presidiria, como um “governante de bastidor”, a *teatrocracia*⁴. Isso mesmo conservou o palácio de Coimbra, de geração em geração, como um *cenário vivo*, quando tantos desapareceriam, ao perder-se a razão que os fizera erguer: porque a Universidade, ciente, há muito, do *poder* que o *saber* confere — e por isso proclamava *per me reges regnant et legum conditores justa decernunt*⁵ —, cedo se aperceberia, de igual modo, da insubstituível eficácia do *poder dos símbolos*, que o mesmo é dizer, do *poder da imagem*. Ou, dito por outro modo, que todo o poder necessita de uma imagem e de um código simbólico. E por essa razão, em 1597, ao proceder à sua aquisição, se empenharia em conservar ao edifício as antigas preeminências, qualidades e prerrogativas de paço régio que fora até aí⁶ e, por essa via, continuaria sendo, sob a nova formulação de *Paço Real das Escolas*. E é apenas então, verdadeiramente, que, sobre as velhas paredes multisseculares da morada régia, o *Estudo* inicia, enfim, a lenta

³ PEREDA, Felipe, *La arquitectura elocuente: el edificio de la Universidad de Salamanca bajo el reinado de Carlos V*, s. l., Sociedad Estatal para la Comemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000, p. 18.

⁴ Cfr. BALANDIER, George, *O Poder em Cena*, Coimbra, Minerva, 1999, p. 19.

⁵ Trata-se da legenda que, durante séculos, ostentaria o livro exibido pela figura da *Sapiência* ou *Sabedoria*, insígnia da Universidade. Sobre este assunto veja-se o clássico estudo de A. G. da Rocha MADAHIL, “A insígnia da Universidade de Coimbra. Esboço histórico”, *O Instituto*, vol. 92 (IV Centenário da instalação definitiva da Universidade em Coimbra), I Parte, Coimbra, 1937, pp. 355-456.

⁶ Cfr. AUC, Pergaminhos, *Catálogo Gabriel Pereira*, D IV - 3ª Secção - gav. 3 – maço 2, nº 26.

encenação da sua nova identidade: a de *morada da Sabedoria*, histórica insígnia do seu poder corporativo. Identidade de ambos, por conseguinte, de Universidade e Paço, que se exhibe nessa mesma singular designação, mas que se plasma, do mesmo modo, na imensa mole onde a instituição se encerra. E por isso notaria Vergílio Correia, que ao monumento dedicaria as primei-ras páginas de genuína atenção historiográfica, que “a majestade do alcácer régio sobrevive na fábrica do saber”⁷; e por isso o seu *palácio* se configura como um incontornável *documento*.

Mas é também por isso que, pelo século XIX adiante, ao crescer a maré que há-de engolir a tradição, é contra os seus muros que boa parte das ondas vem quebrar-se. E que se associam, na mesma irrisão, a “rotina velha e rançosa da sua presunção estúpida, e de seu orgulho catedrático”, cominada por Garrett⁸ — ou, como evocava Ramalho (à Oliveira Martins), meio século volvido, o seu “feitio de renascença pombalina, feitio emproado e campanudo, desembargatório e padresco, meio de juiz tabaquento da real mesa censória do senhor rei D. José, meio de retreta mesureira e beata da mui piedosa senhora D. Maria I”, bem como o “cheiro sepulcral ao gorgulho, ao mofo, aos santos óleos, à água benta e a morrão de tocha, que exalam todos os atributos e todos os acessórios da *toilette* universitária”⁹ — e o edifício escolar, caricaturado por Fialho de Almeida, na saborosa carta (pseudo-)régia ao conselheiro Dias Ferreira, como um “pateo de quartel, derodeado d’edifícios sem carácter, uma alpen-

droada de pavilhão de caça por frontaria”¹⁰. A mesma umbilical associação, em fim de contas, entre a velha Escola e o vetusto Paço em que se abrigava, que ecoaria ainda, outro meio século decorrido (mas passado pouco tempo), na pena de mais um escolar de Coimbra, Miguel Torga: “Mesmo materialmente — escreveria — se lê nela como num livro aberto. Um conglomerado de estilos sem cunho próprio, o mau gosto ao lado do melhor equilíbrio, a fachada brilhante a encobrir saguões. E sedutora, no fim! Ao cabo e ao resto um casarão para ensinar camponios, que se não espantam ao encará-lo, quase revendo nele adereços do cenário da origem: uma grade de Marvão, uma varanda minhota, um alpendre beirão, e janelas manuelinas de Freixo de Espada à Cinta. Isto só nas paredes. Porque na alma, no cerne, o caso é talvez mais flagrante ainda. Na índole do que ensina, existe, persistente, a marca das coisas cabeçudas e provincianas. O tratado reduz-se a sebenta, a tradição a praxe, o saber a erudição. Não há um invento, uma ideia, uma teoria que tenha nascido ali. Mas nem os inventos, nem as teorias, nem as ideias são necessárias a uma Universidade que se basta no simples facto de o parecer aos olhos da ignorância colectiva. Por isso se defende com unhas e dentes de toda a originalidade, de todo o pensamento subversivo, recusando-se obstinadamente a pôr de lado a borla e o capelo da mistificação e a abrir nos seus muros medievais um postigo sequer que deixe entrar qualquer luz actual. Seria o pânico, a catástrofe, a desautorização. E sempre que algum reformador exaltado faz obras e remove estatutos, o instinto da conservação repõe sornamente o musgo secular nas cátedras da sapiência. (...) Apesar disso, foi de Coimbra que saí-

⁷ “O Edifício da Universidade. Notas de arte e história”, *Obras*, vol. I, *Coimbra*, Por Ordem da Universidade, Coimbra, 1946, p. 132.

⁸ AMORIM, Francisco Gomes de, *Garrett, memorias biographicas*, Lisboa, Imprensa Nacional, tomo II, 1884, p. 615.

⁹ ORTIGÃO, Ramalho, “Universidade de Coimbra”, *Costumes e Perfis*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944, p. 117.

ram Camões, Garrett, Antero, Eça, António Nobre... e muito do que a Nação fez de bom e de mau fê-lo aí, ou teve aí a sua génese”¹¹.

Apesar disso... De facto, talvez radique aí, nessa mesma (des)razão idiossincrática — porque por ela passa uma boa parte da nossa medula enquanto povo; porque *muito do que a Nação fez de bom e de mau fê-lo aí, ou teve aí a sua génese*; porque ela *representa* muito do que somos e porque (por isso mesmo) nela necessitamos de *representar* o que julgamos ser —, a explicação de fundo de que, a despeito de tantos e ponderosos contributos e do papel central que, desde sempre, desempenhou na vida colectiva, continuem válidas as palavras de Mário Brandão, quando escreveu, há quase sete décadas, que a história da Universidade de Coimbra, “no conjunto e exaustivamente está ainda por fazer”¹². E de que, pese embora o empenho colocado pelo *Estado Novo*, por razões ideológicas, na recuperação do edifício escolar¹³, justificativo de uma ampla e prolongada intervenção dos serviços oficiais (*et pour cause*), o palácio universitário, mau grado a sua objectiva importância, conheça um tradicional desinteresse por parte da historiografia da arte, excepção feita à Biblioteca Joanina, à Torre (em menor grau) e, mais recente-

mente, à campanha *manuelina*¹⁴. E de que persista de igual modo actual a interrogação, quase centenária, de Eugénio de Castro, ao perguntar, a respeito de Coimbra, “que é feito da sua alcáçova real”¹⁵? Justamente porque se quis fazer a história da instituição à margem da do seu edifício; à margem do *palácio-documento*. E porque se quis fazer a história deste (quase) sem tomar em conta essa outra história dos sucessivos poderes que, pelo tempo fora, buscaram nele a sua *representação*. E porque se não atentou nas sábias palavras de Jaime Cortesão, quando afir-mava que se “não há história sem documentos”, não é menos ver-dade que “não há documentos sem história”¹⁶.

* * *

¹⁰ ALMEIDA, Fialho de, *Os Gatos*, vol. 6, Lisboa, Livraria Clássica Editora, ²1911, p. 48.

¹¹ “Coimbra”, *Portugal*, Coimbra, s.n., ⁵1986, pp. 88-89.

¹² *Alguns documentos respeitantes à Universidade de Coimbra na época de D. João III*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1937, p. 2. A afirmação, exarada já, alguns anos antes, na sua tese de licenciatura (*O Colégio das Artes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. I, 1924, pp.VII-VIII), seria retomada, ainda em 1937, em *Documentos de D. João III*, Coimbra, Por Ordem da Universidade de Coimbra, vol. I, p. VII.

¹³ Sobre a relação do *Estado Novo* com o património histórico no âmbito da reestruturação da *alta coimbrã*, cfr. em geral ROSMANINHO, Nuno, *O Poder e a Arte, o Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, policopiada e CD Rom, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001 e, particularmente sobre a intervenção no Paço das Escolas, pp. 350-361.

¹⁴ Com efeito, um rápido busquejo nas obras mais emblemáticas da produção historiográfica das décadas mediais do século XX bastará para comprovar esta asserção, permanecendo por muitos anos actual a atitude assumida por Albrecht HAUPT, na sua obra *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*: “Os edifícios colossais da Universidade — escreveria —que, a partir de 1540, foram erigidos no cimo da cidade, no local da velha alcáçova real, são de pouco interesse, já que se trata de construções simples e de utilidade prática, embora a sua disposição seja pitoresca, em diversos grupos atreçados; o que resta das primeiras construções do reinado de D. João III apresenta formas toscas e deficientes, do género das edificações monásticas de Tomar (...). Apenas a igreja, ainda oriunda dos tempos primitivos, reveste algum interesse (...). Quanto ao resto, todo o edifício foi reedificado nos séculos XVII e XVIII sem qualquer interesse artístico, à excepção da magnífica biblioteca, mandada reconstruir por D. João V, num contraponto à biblioteca de Ficher de Erlach, em Viena” (reed., Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 226-227). A valorização da campanha *manuelina*, decorrente dos trabalhos de Vergílio CORREIA, Nogueira GONÇALVES e Pedro DIAS, a que adiante se aludirá, somente nos últimos decénios produziria impacte ao nível das obras de historiografia geral. A este estado de coisas não serão estranhas, de igual modo, as (des)razões, não menos idiossincráticas, que, à quase excepção dos castelos e paços medievais, têm afastado a historiografia da arte portuguesa do estudo da arquitectura civil, numa tendência apenas nas últimas décadas contrariada e que fazia já protestar a Vergílio CORREIA que “Um palácio não é menos que uma fortaleza ou um templo” (“Cidade Universitária”, *Obras*, vol. I, *Coimbra*, Por Ordem da Universidade, Coimbra, 1946, p. 205; para uma visão de síntese sobre esta questão veja-se SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira, 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pp. 31-37).

¹⁵ *Guia de Coimbra*, Coimbra, F. França Amado – Editor, s.d., p. 6.

¹⁶ *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, ⁴1984, p. 24.

Efectivamente, quase três quartos de século são passados desde que, em inícios da década de 30, Vergílio Correia e ao mesmo tempo que acumulava preciosas informações documentais sobre as campanhas seiscentistas do *Paço das Escolas*, advertia os seus leitores: “note-se que não pretendi, até agora, com os trabalhos enfeixados na *Biblos*, elaborar a monografia dos edifícios universitários”¹⁷. A morte, certamente, que a poucos anos o surpreenderia, lhe vedaria esse projecto, para que o habilitava a sua formação de historiador da arte e de arqueólogo e a que o direccionavam o empenho colocado na publicação contínua de novos elementos e o entusiasmo com que acompanharia as obras de *restauro* promovidas pelos serviços oficiais e que viveria como se de uma aventura se tratasse. E, desde então e a despeito dos sucessivos contributos acumulados, essa monografia continua por fazer¹⁸. Foi o que decidimos empreender, na consciência de que

era também uma aventura o que agora começava. Uma aventura a que não era estranha, também, a condição de se ser escolar de Coimbra, de viver e crescer à vista desse Paço, onde o *Tempo* tinha escrito sucessivos e intrigantes textos, que cedo nos fascinariam¹⁹, de se ser docente, enfim, na mesma Faculdade e no próprio Instituto que Vergílio Correia ajudou a fundar. Era, em certo sentido, uma dívida antiga que havia que saldar.

Arriscada aventura, todavia. Que passava pela consulta exhaustiva de um volume imenso de documentação, num arco cronológico extensíssimo, tanto quanto pela tentativa de reconstituição dos vazios gerados pelas gravíssimas perdas que esta (mesmo a universitária), ao longo dos tempos, sofreria²⁰; pela re-

¹⁷ “Obras antigas da Universidade”, *Obras*, vol. I, “Coimbra”, Por Ordem da Universidade, Coimbra, 1946, p. 176.

¹⁸ É justo referir, a este propósito, o esforço desenvolvido pelo professor da Faculdade de Farmácia, José Ramos BANDEIRA, cuja obra, *Universidade de Coimbra, edifícios do corpo central e Casa dos Melos*, Coimbra, 2 vols., 1943-47, ainda que incompleta, se reveste de grande utilidade. Entronca, porém, ainda que de modo muitíssimo mais circunstanciado, na linha dos roteiros, que, desde o relato seiscentista de António Coelho GASCO (*Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne, e inclita cidade de Coimbra*, Lisboa, na Impressão Régia, ²1807, pp. 182-186), se esforçavam por fazer a descrição e a (possível) história dos edifícios escolares e que, durante o século XIX, não seriam esquecidas nas próprias publicações universitárias [cfr. “Breve noticia do Paço e edificio das Escolas da Universidade de Coimbra”, *Anuario da Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1867 para 1868*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, pp. 3-7 e GONÇALVES, A. (António Augusto), “Edifícios da Universidade”, *Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1901-1902*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901, pp. (3)-(10)], linha em que merecem destaque as páginas inseridas no *Guia histórico do viajante em Coimbra e arredores*, de Augusto Mendes Simões de CASTRO (Coimbra, Imprensa Académica, ²1880, pp. 165-188), no já referido *Guia de Coimbra* de E. de CASTRO (pp. 50-55) e, finalmente, a obra de Pedro DIAS e António Nogueira GONÇALVES, *O património artístico da Universidade de Coimbra*, Universidade de Coimbra, 1990 — merecendo especial referência o curioso livro, nunca citado, do espanhol José María VIQUEIRA, *Coimbra. Impresiones y notas de un itinerario*, que ao edifício dedicaria um extenso capítulo, que se distingue por uma análise particularmente culta e inteligente (Coimbra, Coimbra Editora, 1957, pp. 191-225). Como seria natural, porém, atendendo à sua formação académica, as informações de índole histórica e artística

de J. Ramos BANDEIRA são veiculadas em segunda mão, estas últimas especialmente através de Vergílio CORREIA, seu contemporâneo.

¹⁹ Com efeito, incidiria sobre um trecho do Paço das Escolas, a *Biblioteca Joanina*, o nosso primeiro trabalho de investigação na qualidade de assistente universitário [“O gosto oriental na obra das estantes da Casa da Livraria da Universidade de Coimbra”, DIAS, Pedro (coord.), *Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*, IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Coimbra, Instituto de História da Arte, Universidade de Coimbra, 1988] e ao edifício escolar voltaríamos, directa ou indirectamente, em quinze outros textos, entre os quais “*Domus Sapientiae*. O Paço das Escolas” (*Monumentos*, nº 8, Lisboa, Março/1998), trabalho que, de algum modo, constitui o ponto de partida desta dissertação.

²⁰ Na verdade, se a documentação anterior ao estabelecimento da Universidade no Paço, essencialmente medieval, ostenta uma rarefacção que não pode causar espanto, também o espólio da Época Moderna, posterior à transferência, apresenta gravíssimas lacunas. Assim e no que respeita às obras realizadas no edifício régio, enquanto tal, é possível confirmar a expedição para Madrid, durante a União Dinástica, de importantes fundos respeitantes à Provedoria das Obras Reais, através da qual correria, decerto, e como se verá, o seu expediente (cfr. SOROMENHO, Miguel, “A administração da arquitectura: o Provedor das Obras Reais em Portugal no século XVI e na 1ª metade do século XVII”, *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*, IX-X, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1997-1998, p. 295, nota 20). Quanto ao arquivo constituído junto do poder central, no âmbito do próprio *Estudo Geral*, organizado, fundamentalmente, através da Mesa da Consciência e Ordens, instituída por D. João III, em 1532 [cfr. MAGALHÃES, Joaquim Romero, “As estruturas de unificação”, MAGALHÃES, Joaquim Romero, (coord.), *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, MATTOSO, José, (coord.), *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 87 e SUBTIL, José, “Os poderes do centro”, HESPAÑHA, António Manuel, (coord.), *O Antigo Regime (1620-1807)*, *ibidem*, vol. IV, pp. 167-168], da qual a Universidade dependeria até à reforma pombalina de 1772, encontra-se hoje reduzido a algumas dezenas de maços, conservados na TT, em boa parte pelo facto de esse organismo funcionar no Paço da Ribeira, destruído no terramoto de 1755 (cfr. SENOS, N., *O Paço da Ribeira...*, p. 154). No que respeita à documentação conservada na Universidade e mau grado a sua continuidade administrativa, sofreria esta, de igual

visita da monumental bibliografia produzida em torno, não tanto do palácio escolar, mas, sobretudo, da própria instituição; por interrogar o monumento, em demanda dos sedimentos mais antigos do seu processo de constituição; enfim, por tentar compreender a verdadeira dimensão desse dia 13 de Outubro de 1537 e as razões de fundo que haviam conduzido uma estrutura corporativa, como o velho *Estudo Geral*, a encerrar a sua longa itinerância medieval, sedentarizando-se entre os muros da moradia régia. Uma aventura em que a história da arte não poderia já andar sozinha, mas haveria de assistir-se da história política e institucional, da história cultural, da arqueologia. Apenas assim, na verdade,

modo, uma primeira purga no âmbito da reforma pombalina, comprovando-se o transporte de numerosos documentos para Lisboa, cujo rasto se perderia nas secretarias (cfr. BRAGA, Teófilo, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, tomo III, 1898, pp. 449, 458e 451) e de que parte emerge, como se verá, nos fundos privados do ministro (assim se explicando a sua presença na *coleção pombalina* da BNL), ao mesmo tempo que o reflexo nas finanças escolares das leis de desamortização oitocentistas, provocando uma radical reformulação das estruturas administrativas e financeiras da instituição, em função das quais o *cartório* se organizava, justificariam, não apenas o estado caótico em que semelhante dependência vegetaria por todo o século XIX, como as gravíssimas perdas (por destruição e roubo) que sofreu e entre as quais se incluem as que foram levadas a cabo por intervenção de Alexandre Herculano, ao qual, curiosamente, não parece ter interessado o espólio estritamente universitário [sobre este assunto vejam-se: ABREU, José Maria de, *Legislação Académica desde os Estatutos de 1772 até ao fim do anno de 1850*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1851, pp. 153-154; FEIO, Florencio Mago Barreto, *Memoria Historica e Descriptiva à cêrca da Bibliotheca da Universidade de Coimbra e mais estabelecimentos annexos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1857, pp. 14-15; VASCONCELOS, António de, *O Arquivo da Universidade*, (RODRIGUES, Manuel Augusto, reed. e intr. de), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1991, pp. 29-36; *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. XI-XII (número comemorativo do VII centenário da fundação da Universidade de Coimbra), Coimbra, 1992, pp. 204-205 e 208-210 e BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “A organização arquivística do Cartório (sécs. XVIII-XIX)”, *ibidem*, vol. XVII-XVIII, Coimbra, 1997-1998, pp. 67-68 e 70-75]. Enfim e no que respeita às obras levadas a cabo no século XIX e inícios do XX, antes da intervenção da DGEMN, encontram-se estas praticamente indocumentadas na administração universitária, sendo o conhecimento destas últimas gravemente prejudicado pela inicial sobreposição de competências no seio dos próprios serviços oficiais (Lisboa e Coimbra) e entre estes e a CAPOCUC e, finalmente, pela afectação do Paço das Escolas, entre 1970 e 1977, à Direcção-Geral das Construções Escolares, como abundantemente testemunham os processos organizados naquela instituição [DGEMN (Lisboa), *Paços da Universidade*, Proc.º

seria possível empreender uma história *total*, esclarescedora não apenas da evolução formal do monumento, mas, mais intimamente, do próprio nexos que, no decurso dos tempos, presidiu ao processo gestativo de um organismo em perpétua reformulação, ao mesmo tempo que *integradora*, pela compreensão dos sucessivos poderes de que o *palácio-documento* constituía ilustração. Só assim, porém, seria viável penetrar, de facto, na *morada da Sabedoria*. E só assim o *palácio* se revelaria, realmente, enquanto *documento*.

Tarefa imensa, contudo, que não tardaria a comprovar-se transcender em muito os limites sensatos impostos por uma dissertação. Tarefa dificultada, também, no âmbito do necessário apoio histórico, pela tradicional relutância da historiografia portuguesa em preencher a história das instituições com a história das pessoas que, ao longo do tempo, as protagonizaram (que sabemos nós, por exemplo, acerca dos reitores que, no decurso dos séculos, assumiram o governo da Universidade, excepção feita à figura emblemática de D. Francisco de Lemos, que, todavia, aguarda ainda, também ele, uma monografia?). Tarefa limitada, enfim, no plano metodológico, em particular no domínio da arqueologia, justamente por ser o Palácio da Universidade um *cenário vivo*²¹. E por isso se decidiu dividi-la em duas

C-060325-014(258) e DGEMN (Coimbra), *Paços da Universidade*, Proc.º C-060325-014(C3)].

²¹ Com efeito, a ocupação integral do Paço das Escolas por repartições universitárias, como Reitoria, Faculdade de Direito, Biblioteca Geral (de que depende a *Biblioteca Joanina*) e Capelania, tanto quanto os constrangimentos temporais e económicos que, evidentemente, se impunham, inviabilizavam, à partida, uma operação de remoção integral dos rebocos, para aplicação, na leitura dos paramentos, do denominado *método de Harris*, como, no plano teórico, seria aconselhável [sobre este método e a sua importância no estabelecimento de cronologias construtivas — conhecidos como são os limites da datação pela cerâmica, tradicionalmente particada (cfr. PAVÓN MALDONADO, Basilio, *Tratado de Arquitectura Hispano Musulmana*, vol. II, *Ciudades y Fortalezas*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999, p. 570) —, vejam-se: LATORRE GONZÁLEZ-MORO, Pablo, CABALLERO ZOREDA, Luis, “La importancia del análisis estratigráfico de las construcciones históricas en el debate sobre la restauración monumental”, *Informes de la Construcción*, vol. 46, nº 435, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Janeiro/Fevereiro 1995,

partes: os dois grandes capítulos em que, em fim de contas, se reparte, quase simetricamente, a biografia monumental desse edifício: o *Paço Real* e o *Paço das Escolas*. É a primeira que agora se apresenta. Até à chegada da Universidade; ou melhor, até à chegada de *toda* a Universidade, por isso que somente em 1544 a Escola inteira, desmembrada com a trans-ferência, se reuniria verdadeiramente (se reconstituiria) à sombra protectora do Palácio Real. Porque é esse facto que dá ao monumento o seu sentido pleno; porque é ele a razão de fundo da decisão de levar a cabo esta monografia. Mesmo que a imensa maioria da documentação compulsada respeite realmente ao *Paço das Escolas*, a segunda parte da empresa a que decidimos meter ombros. Mas é certo não ser raro esta projectar luz sobre os sedimentos mais remotos do edifício. Sobretudo, porém, são estes que, de facto, iluminam, de uma luz inteiramente nova, as razões de fundo da configuração actual da imensa mole onde persiste o coração da Escola. E é, como sempre, pelo princípio que, como em tudo, se deve começar — ainda numa história como esta, que, na verdade, começa realmente pelo meio. Havia, por isso, que voltar atrás: a essa “Coimbra medieval / Toda erigida em sombras, espectral / Com antigas muralhas de defesa / Igrejas onde paira a trágica

tristeza”, que ressoa nos belos versos de Pascoaes²².

* * *

Não foi esta dissertação um caminho fácil, nem, muito menos, um caminho fácil de encontrar. A quantos nos ajudaram a confirmar a convicção de ser ele a escolha certa, devemos, por conseguinte, aqui, em primeiro lugar, um reconhecimento que não sabemos verdadeiramente expressar (eles sabem quem são). Entre estes, porém, avultam, como não poderia deixar de ser, os orientadores desta dissertação, Professores Doutores Pedro Dias e Francisco Javier de la Plaza Santiago, que não apenas aceitaram caucionar esta aventura, como contemporizaram, em todo o tempo, com as longas errâncias do processo de investigação que haveria de conduzir a este porto, sempre disponíveis para esclarecer dúvidas e questões.

Esta dissertação não poderia, contudo, ser levada a cabo, sem a realização, tanto no Pátio da Universidade como no próprio edifício do *Paço das Escolas*, das competentes sondagens arqueológicas. Impõe-se, pois, um agradecimento particular à disponibilidade revelada pela Reitoria e pelo então Magnífico Reitor, Prof. Doutor Fernando Rebelo, na sua realização e na assunção dos encargos financeiros delas decorrentes, agrade-cimento que se estende, de igual modo, à Fundação Calouste Gulbenkian, que participou financeiramente nas duas pri-meiras campanhas, directamente relacionadas com esta disser-tação e aos responsáveis pelo seu Serviço de Belas Artes, Prof. Doutor Manuel da Costa Cabral e Dr. Jorge Rodrigues. Neste contexto, é também devida uma palavra de reconhecimento à Faculdade de

pp. 5-7, 9-13 e 16-7; PARENTI, Roberto, “Historia, importancia y aplicaciones del método de lectura de paramentos”, *ibidem*, pp. 19-21 e 24-29; CABALLERO ZOREDA, Luís, “Método para el análisis estratigráfico de construcciones históricas o ‘Lectura de Paramentos’”, *ibidem*, pp. 37-41 e *idem* e SAÉZ LARA, Fernando (coord.), “La iglesia mozárabe de Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (Cáceres). Arqueología y arquitectura”, *Memorias de Arqueología Extremena* (MARQEX), 2, Mérida, 1999, pp. 323-328]. Neste contexto, optar-se-ia, como se verá, pela dinamização de um conjunto de sondagens, com eliminação pontual das argamassas, levadas a cabo em locais estratégicos, com vista a permitir o estabelecimento de conclusões válidas no plano científico, sem prejuízo, obviamente, da utilização de semelhante metodologia no quadro de uma (futura) intervenção de fundo no edifício.

Direito, em cuja dependência se encontra uma extensa parcela do palácio universitário, na pessoa do seu Presidente do Conselho Directivo, Prof. Doutor Manuel Lopes Porto, pela compreensão revelada em relação aos necessários incómodos ocasionados pela realização das sondagens.

As intervenções arqueológicas não poderiam, contudo, ter sido levadas a cabo, no brevíssimo espaço de tempo em que o foram, sem a competência e a dedicação da Prof.^a Doutora Helena Catarino, do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, que aceitou dirigir as escavações do Pátio (enquanto, com as suas preciosas orientações, nos improvisávamos em arqueólogo, coordenando as sondagens murais), a elas sacrificando tempo e energias. E devemos-lhe ainda importante auxílio bibliográfico no complexo e difícil domínio da arquitectura islâmica. Aqui fica, pois, formalmente exarado, o nosso reconhecimento, que não poderá deixar de estender-se ao Prof. Doutor Jorge Alarcão, que acompanhou sempre os trabalhos no Paço e a nossa investigação com penhorante interesse e a quem se deve a sua arguta indicação para assumir a direcção do estaleiro arqueológico, bem como a disponibilização dos serviços de desenho afectos ao Instituto de Arqueologia, disponibilidade prosseguida na actual direcção do Prof. Doutor José d'Encarnação. Porém, nada disto teria sido viável sem o apoio incondicional que, desde a primeira hora, o programa desta dissertação e as correlativas intervenções arqueológicas encontraram no então Vice-Reitor (e agora Magnífico Reitor), Prof. Doutor Fernando Seabra Santos e sem o entusiasmo com que acolheu as sucessivas *descobertas*, contornando todos os obstáculos que uma intervenção desta natureza necessariamente

suscita e que o fazem credor de um lugar central na hora dos agradecimentos.

Hora, felizmente, tão grata quanto extensa, certo como é que um trabalho destes é sempre, necessariamente, uma obra colectiva: o fruto de uma extensa corrente de amigos e de boas-vontades, sem a qual não teria sido possível levar a cabo semelhante empresa em tempo útil. Por isso não podemos esquecer as facilidades encontradas no Arquivo da Universidade (em período particularmente difícil da vida da instituição), nem na sua Biblioteca Geral e a solidariedade revelada pelos seus directores, Profs. Doutores Manuel Augusto Rodrigues e Aníbal Pinto de Castro e pelos funcionários dos respectivos serviços, sendo devida uma palavra de particular gratidão à Dra. Ana Maria Leitão Bandeira, que acompanhou, com desvelo inextinguível, a nossa longa peregrinação pelo *mare magnum* da documentação universitária, de que é competentíssima curadora e ao Senhor Mário Simões, sempre cúmplice da nossa investigação e precioso auxiliar no laborioso processo de digitalização de imagens. E, ainda no plano das instituições, são igualmente devidas palavras especiais à Biblioteca Central da Faculdade de Letras, na pessoa da Dra. Maria José Pimentel, prima e amiga, sempre pronta a localizar inverosímeis espécies bibliográficas, à Eng.^a Lúcia Pessoa, actual Directora da Delegação de Coimbra da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (onde se acumula o espólio imenso das intervenções no Paço das Escolas, que, por sua intervenção, nos foi facultado em condições de comodidade que nunca esqueceremos), bem como à Dra. Maria de Lurdes Henriques, do Instituto dos Arquivos Nacionais –Torre do Tombo, que nos auxiliou na rápida obtenção dos microfímes. Por fim, ao Museu Nacional de Machado de Castro, que sempre acolheu, com a maior generosidade, todas as nossas solicitações, em

²² PASCOAES, Teixeira de, “A Minha História”, *Terra Proibida, Obras Completas de*, COELHO, Jacinto do Prado (intr. e aparato crítico), Lisboa, Livraria Bertrand, vol. I, s.d. [1966], p. 245

particular à sua Directora, Dra. Adília Alarcão e às conservadoras Dras. Virgínia Gomes e Ana Alcoforado.

De igual modo não podemos silenciar todos quantos, fornecendo generosamente elementos, debatendo ideias, abrindo portas, encontrando tempo para as nossas questões, nos auxiliaram no decurso destes anos. E muitos foram. Particular menção merecem, porém, o Prof. Doutor Luís Reis Torgal, nosso orientador na dissertação de mestrado, a quem devemos a leitura crítica da primeira parte deste texto; as Prof.^{as} Doutoras Leontina Ventura, Maria José Azevedo Santos e Ana Cristina Araújo, que, desde os bancos da Faculdade, continuam sendo referências do nosso trabalho; os Profs. Doutores Saul António Gomes, João Gouveia Monteiro, José Pedro de Matos Paiva, José Nunes Pinto (co-responsável pela primeira intervenção arqueológica no edifício universitário), Paulo Varela Gomes, do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia e Rafael Moreira e José Custódio Vieira da Silva, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, bem como os nossos colegas do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras, Profs. Doutores Nelson Correia Borges, Regina Anacleto e Maria de Lurdes Craveiro e Drs. Francisco Pato de Macedo e Luísa Trindade (e onde persistimos em incluir o Prof. Doutor Vítor Serrão). E precioso auxílio técnico e bibliográfico ficámos a dever ainda aos ilustres historiadores espanhóis

Profs. Doutores Gonzalo Borrás Gualís (Universidade de Saragoça), Xosé Carlos Valle Perez (Museu de Pontevedra), Miguel Ángel Castillo Oreja (Universidade Complutense de Madrid), Alfredo J. Morales (Universidade de Sevilha), Rafael López de Guzmán (Universidade de Granada), Maria del Carmen Folgar de la Calle (Universidade de Santiago de Compostela) e Ana Castro Santamaria (Universidade de Salamanca).

Enfim, jamais esqueceremos a permanente solicitude do Dr. José Manuel Pizarro Beleza, fidalgo anfitrião da sua Faculdade de Direito e entusiasta *compagnon de route* desta investigação; da Dra. Ana Maria Goulão Machado, nossa antiga e distinta aluna e pontualíssima claviculária do Paço das Escolas, bem como o auxílio do Mestre Artur Côrte-Real nas questões relacionadas com as muralhas de Idanha. O nosso trabalho tem, porém, uma dívida inestimável com a inultrapassável disponibilidade das funcionárias do Instituto de História da Arte, Dra. Maria da Piedade Mendes Duarte e Senhora D. Palmira Santos. E, sobretudo, *last not least*, esta dissertação não seria o que é sem os preciosos desenhos do Dr. José Luís Madeira, nem sem as longas conversas que alimentámos em torno das paredes do palácio universitário. A ele se deve, de facto, em boa parte, que estas tivessem perdido a exasperante opacidade inicial. A todos e a cada um aqui fica, pois, solenemente lavrada, a nossa gratidão.

